



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS & RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Aqui você poderá conferir os indicadores de resultados da Eletronuclear em 2023.



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Para operar as duas usinas nucleares da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAEA, cuja potência nominal é de 1.918 MW, além das atividades de projeto e construção da Usina Angra 3, a ELETRONUCLEAR conta com um efetivo total de 1.918 empregados.



Vista da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAEA Usinas de Angra 1, Angra 2 e Angra 3

2.2 - ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Com a Capitalização da Eletrobras em junho de 2022, a ELETRONUCLEAR passou a ter um novo modelo societário. A Eletrobras que detinha 99,91% das ações, passou a não ser mais a controladora da ELETRONUCLEAR. A ENBPar, passou a ser a nova controladora da ELETRONUCLEAR contendo 64,7% das ações ordinárias. Todavia a Eletrobras continua como um importante acionista da Companhia, possuindo 67,64% do total de ações da ELETRONUCLEAR.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Acionistas	Ações ON	Ações PN	Total de Ações	% Ações ON	% Total de Ações
ENBpar (Controlador)	141.916.224.437	-	141.916.224.437	64,10%	32,05%
Eletrobras	79.488.849.747	221.396.242.535	300.885.092.282	35,90%	67,95%
DAEE	5.960.026	7.405.548	13.365.574	0,00%	0,00%
Light	-	5.058.993	5.058.993	0,00%	0,00%
Outros	1.176.930	3.504.063	4.680.993	0,00%	0,00%
Total	221.412.211.140	221.412.211.139	442.824.422.279	100%	100%

2.3 - INVESTIMENTOS REALIZADOS

Os investimentos totais da ELETRONUCLEAR somaram R\$ 1.416.836 mil, o que corresponde a 81,8% do orçamento total de 2023 aprovado no valor de R\$ 1.730.902 mil. Deste total, R\$ 1.050.031 mil correspondem a gastos corporativos com o Projeto de Implementação da Usina Nuclear Angra 3 e R\$ 366.805 mil em investimentos realizados na Manutenção do Sistema de Geração de Energia Nuclear de Angra 1 e 2.

As realizações de 2023 estão em conformidade com o limite legal estabelecido pelo Plano de Dispêndios Globais e a Lei nº 14.412, de 15 de julho de 2022 (Publicado no DOU em 15 de julho de 2022).

O Decreto nº 11.288, de 16 de novembro de 2022 aprovou o Programa de Dispêndios Globais para o exercício financeiro de 2023. O Decreto 11.320, de 29 de novembro de 2022 estabeleceu o valor de R\$ 1.092.902 mil para investimentos, modificando o Decreto nº 11.288. A Portaria MGI/MGI nº 3.880, de 30 de julho de 2023 alterou o anexo do Decreto nº 11.288, estabelecendo o valor de R\$ 2.583.952 mil para investimentos. A Portaria MGI nº 7.179, de 17 de novembro de 2023 estabeleceu crédito suplementar no valor de R\$ 250.000 mil para reforço de implementação da Usina Nuclear de Angra 3.

Os quadros abaixo detalham as previsões e execuções das principais Ações Orçamentárias da ELETRONUCLEAR para o exercício de 2023, bem como, percentuais de execução para cada Ação:

Ação: 4477	Manutenção do Sistema de Geração de Energia Nuclear de Angra 1 e 2													
Finalidade da Ação:	Esta ação tem por finalidade preservar a capacidade de produção das usinas de Angra 1 e Angra 2, dentro dos padrões de qualidade e de segurança requeridos, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do contrato de venda de energia elétrica, bem como do atendimento aos processos de licenciamento e o correto tratamento e acondicionamento dos rejeitos das provenientes. Adicionalmente, inclui atividades visando o aumento da capacidade de produção, a implementação de melhorias operacionais das usinas e o suporte das atividades de infraestrutura e de apoio à operação, assim como o desenvolvimento de atividades de caráter socioambiental, que propiciem a equilibrada inserção regional dos empreendimentos.													
Orçamento:	2023													
Realização:	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
	70.099.622	13.594.402	2.385.947	20.214.456	42.828.611	20.144.654	12.858.008	9.039.495	39.261.427	2.562.959	51.422.112	69.052.968		
META	PREVISÃO R\$			EXECUÇÃO R\$									EXECUÇÃO/PREVISÃO	
Financeira	607.991.502			353.464.662									58,13%	
Ação: 5E88	Implantação da Usina Termonuclear de Angra III (RJ)													
Finalidade da Ação:	Ampliar a oferta de energia elétrica, em cerca de 11.000 GWh/ano, para o Sistema Interligado Nacional, aumentando a confiabilidade do atendimento à denominada área Rio (estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo), viabilizando economicamente o ciclo do combustível nuclear no país e com impacto positivo sobre a macrorregião de Angra dos Reis, sob os aspectos econômico, socioambiental e cultural.													
Orçamento:	Lei nº 14.535 de 17/01/2023 (DOU de 17/01/2023)													
Realização:	2023													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez		
	27.309.426	12.887.774	69.138.490	4.835.805	184.835.288	77.371.463	26.726.369	9.358.957	316.390.833	34.051.312	96.472.484	190.653.194		
META	PREVISÃO R\$			EXECUÇÃO R\$									EXECUÇÃO/PREVISÃO	
Financeira	1.084.236.493			1.050.031.396									96,84%	

Tabela de Execução Orçamentária / Financeira das Ações Realizadas pela ELETRONUCLEAR para Angra 1, 2 e 3 no exercício de 2023:

AÇÃO	PREVISÃO (R\$ mil)	EXECUÇÃO (R\$ mil)	EXECUÇÃO / PREVISÃO
4477	607.991	353.464	58%
5E88	1.084.236	1.050.031	96%
TOTAL	1.692.227	1.403.495	82%

2.4- DESTAQUES 2023

- Angra 3**
- Inclusão dos estudos de viabilidade do empreendimento Angra 3 no PAC;
 - Continuidade dos serviços de modelagem técnico, jurídico e financeiro pelo BNDES;
 - Realização de Road Show com agentes financeiros;
 - Preservação das estruturas civis já edificadas, bem como, dos equipamentos, componentes e materiais;
 - Incorporação e treinamento progressivo dos novos colaboradores oriundos do Concurso Público, que passam a integrar o quadro de técnicos e operadores de Angra 3;
 - Contratação do projeto do Simulador junto à Tecnatom.
- Operação e Manutenção de Angra 1 e Angra 2**
- Realização em sequência das Paradas Programadas 2P19 e 1P28, respectivamente, de Angra 2 e Angra 1;
 - Realização da WANO Peer Review com estruturação e acompanhamento dos Planos de Ação decorrentes;
 - Condução do processo de Revisão Tarifária junto à Aneel, com impacto positivo sobre a tarifa de energia da ETN.
- Programa de Extensão de Vida Útil de Angra 1 (LTO)**
- Continuidade na implantação do Programa de Gerenciamento de Envelhecimento (PGE), do Projeto de integração de Banco de dados e do PQAEE;
 - Contratação dos principais projetos para o Programa LTO;
 - Início do projeto de gestão do conhecimento;
 - Preparação da 3ª Reavaliação Periódica de Segurança (RPS); e Conclusão do Engineering Multiplier.
- Transferências de Elementos Combustíveis para a Unidade de Armazenamento a Seco (UAS)**
- O Projeto da 2ª Campanha de Transferências de elementos Combustíveis para o UAS finalizou 2023 com 39% de progresso e em linha com o planejado;
 - Iniciada a fabricação dos equipamentos e preparados os documentos relacionados ao novo Plano de Licenciamento que está em negociação com a CNEN.
- Econômico-Financeiro**
- Êxito no requerimento interposto junto à Aneel, com vistas ao reconhecimento de energia não fornecida isentada de ressarcimento, na importância de aprox. 100 milhões de reais;
 - Implementação do software desenvolvido internamente pela Diretoria, denominado "DF – CONTROL" para suportar o processo de controladoria;
 - Lei do Bem - Benefício Fiscal de aproximadamente 9 Milhões de reais;
 - Exclusão da ETN das metas de resultado primário;
 - Consulta Pública da Revisão Tarifária Aneel;
 - Recebimento de aprox. 50 milhões de reais da ordem da Allianz Seguros S/A.
- Cultura de Segurança**
- Contínuas sensibilizações da força de trabalho sobre a Cultura de segurança, com destaque para: treinamento para contratados da obra de Angra 3 e treinamento para toda a ELETRONUCLEAR, em atendimento à WANO Corporate Peer Review;
 - Intensas interações com a Associação Mundial de Operadores Nucleares (WANO) e Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA) com destaque para: IAEA Leadership, Management and Culture for Safety Training Course, e WANO Independent Nuclear Safety Oversight Industry Working Group (I-WG) Meeting.
- Ambiental**
- Renovação da Licença do Centro de Reabilitação de Animais Silvestres – CRAS junto ao INEA;
 - Atendimento das condicionantes ambientais e exigências dos empreendimentos da ELETRONUCLEAR;
 - Realização da auditoria externa no Sistema de Gestão Ambiental;
 - Renovação do contrato do programa Tartaruga Viva.
- Social**
- Convênios para atendimento de Condicionantes do Licenciamento Ambiental de Angra 3 e CNAEA;
 - Ações do Voluntariado Corporativo, com destaque para: Doações para famílias afetadas pelas chuvas em Petrópolis e limpeza do Rio Mambucaba;
 - Ações do Programa Comunidades, com destaque para: Patrocínio do 23º Encontro da Cultura Negra no quilombo do Campinho Paraty e Capacitação de lideranças para elaboração de projetos no Quilombo de Santa Rita do Bracuí.

Governança

- Monitoramento do Programa de Integridade;
- 75 fornecedores de serviços contínuos submetidos a due diligence nos aspectos de integridade;
- Sensibilização de 10 fornecedores de risco alto e muito alto, quanto aos aspectos de Integridade da ELETRONUCLEAR;
- Priorização de Riscos Corporativos para 2024 alinhados com o Plano de Negócios e Gestão.

2.5- PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

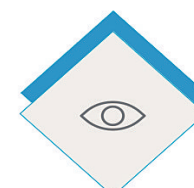
Reunimos no Plano de Negócios e Gestão (PNG 2024-2028) o planejamento estratégico da ELETRONUCLEAR para um horizonte de cinco anos. O documento reúne a Nova Identidade Empresarial da Companhia com uma nova visão, propósito e valores:

Identidade Empresarial



Propósito

Produzir energia segura, garantindo um futuro mais limpo e sustentável para a sociedade.



Visão

A Eletronuclear está comprometida em ampliar a geração de energia limpa e confiável, sendo protagonista na transição energética.

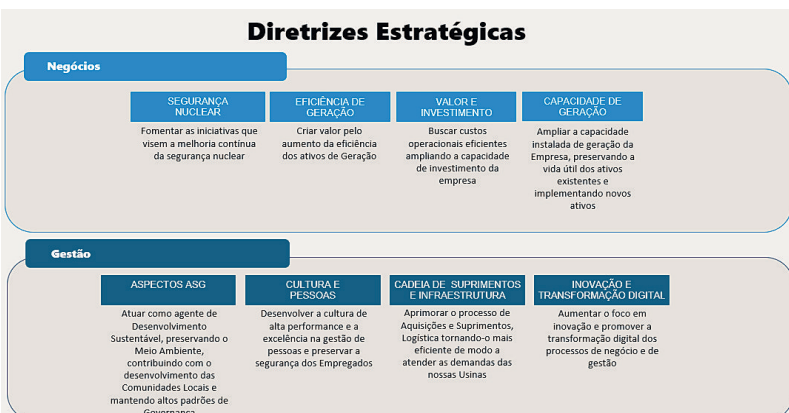


Valores

- Segurança;
- Ética e transparência;
- Sustentabilidade Empresarial e Conformidade;
- Comprometimento com a Sociedade;
- Respeito às pessoas e ao Meio Ambiente.

Tendo a Identidade Empresarial como principal norteador, o PNG se desdobra em Diretrizes e Objetivos Estratégicos. Cada objetivo estratégico possui ao menos um indicador estratégico, que mensura o alcance do objetivo, e ao menos uma iniciativa estratégica (programa, projeto ou ação), que suporta o objetivo estratégico ao qual está conectado.

As Diretrizes Estratégicas definidas são:





Com o objetivo de caracterizar a situação atual da construção de Angra 3 e as implicações da sua paralisação para a ELETRO Nuclear, a administração da Companhia vem conduzindo ações visando o equacionamento das condições necessárias à plena retomada e conclusão do empreendimento.

A conclusão das obras da Usina Angra 3 em condições sustentáveis depende, entre outras questões, de uma nova estruturação financeira, dado o montante significativo de investimentos (custos diretos) ainda a realizar. Atualmente, a ELETRO Nuclear não possui garantias disponíveis para conseguir novos financiamentos, visto que todos os seus ativos já estão comprometidos nos créditos existentes. Além disso, em outubro de 2017, expirou o *waiver* contratual do BNDES e em julho de 2018 terminou também o período de carência da CEF, passando a Companhia a ser obrigada a pagar também a parte relativa ao principal da dívida, além dos juros, comprometendo, fortemente, o seu caixa.

Na reestruturação da ELETRO Nuclear decorrente da capitalização da Eletrobras foi criada a Diretoria de Angra 3, uma área relevante para a gestão da construção da usina. Essa iniciativa permitiu a organização de uma estrutura específica para levar adiante o projeto, com desdobramentos positivos na sua execução. Outra mudança importante no organograma foi a criação do Coangra, no início de 2023. O comitê é um órgão de assessoramento do CA (Conselho de Administração) da ELETRO Nuclear, constituído por dois representantes da Eletrobras, dois da ENBPar e um membro independente.

Neste ano, os membros do Coangra visitaram a central nuclear e em reunião com representantes da Diretoria da Usina Nuclear Angra 3 puderam obter mais informações sobre o andamento da construção da unidade.

A construção de Angra 3 avançou em definições importantes na modelagem financeira e de contratação. Nessa fase de retomada da construção, o BNDES subcontratou empresas e consultores, que se dividiram em serviços que envolvem a realização de due diligence contábil e jurídica, avaliação socioambiental e licenciamento e avaliação da Superintendência de Gestão de Pessoas, com o objetivo oferecer conforto aos futuros credores da Companhia, seguido de trabalhos de avaliação técnico-operacional, definição do escopo do futuro contrato de EPC e assessoria de engenharia, avaliação financeira, assessoria jurídica e assessoria financeira, itens da modelagem financeira para cálculo de tarifa e fluxo de caixa.

Boa parte dos produtos desses serviços já foi apresentada à ELETRO Nuclear e submetida aos órgãos de controle que fizeram alguns comentários. Após a devida revisão dos relatórios e a aprovação por esses órgãos, o tema será submetido ao CNPE que determinará a outorga e a tarifa de Angra 3, nos termos da Lei 14.120 de março de 2021. Segundo essa lei, a tarifa deverá assegurar a viabilidade econômica do empreendimento, em condições de mercado. A expectativa é que uma vez obtida a aprovação pelo CNPE, o edital para licitação dos serviços de EPC para a realização das obras principais da usina ocorra em 2024.

Assim como no Programa de Extensão de Vida Útil de Angra 1 – *Long Term Operation* (LTO), o projeto de retomada das obras de Angra 3 apresenta desafios. Para o ano de 2024, há também relevante necessidade de obtenção de captação de recursos financeiros de terceiros para honrar as obrigações de curto prazo. A não conclusão dos estudos conduzidos pelo BNDES e a necessidade de atender aos questionamentos dos órgãos de controle relativos ao processo de modelagem de Angra 3 alteraram o cronograma de captação, cuja estimativa de novos recursos de financiamento de longo prazo modificou para março de 2025. A necessidade financeira de curto prazo decorre dos compromissos de adimplimento do serviço da dívida, dos contratos celebrados e dos investimentos na unidade em construção. Para mitigar possível risco de liquidez e continuidade do projeto Angra 3, a Companhia vem adotando, com o apoio do seu acionista Controlador (ENBPar), um conjunto de medidas em um plano de ação para captação de recursos financeiros e implementando medidas administrativas de redução de custos.

Deste modo, diante de um cenário de incertezas relevantes sobre a obtenção de recursos, em curto prazo, por meio de linhas de financiamento para os projetos prioritários LTO e Angra 3, foi definido um "Plano de Ação", para mitigar possíveis riscos associados a liquidez de curto prazo e continuidade operacional da Companhia, cuja implementação já se encontra em curso no exercício de 2024, tendo em vista a necessidade de a Companhia honrar as obrigações destes projetos prioritários.

Dentre as ações em implementação pela Companhia para suportar ambas as necessidades de recursos destes projetos prioritários, destacam-se:

- A suspensão dos contratos de Angra 3, por 120 (cento e vinte) dias, excetuando-se aqueles necessários à preservação das obras civis e equipamentos e aqueles cuja avaliação de risco demonstre em prejuízo ao projeto ou pela sua não economicidade/vantajosidade da suspensão, observando-se os recursos disponíveis para o projeto;
- A revisão de todos os contratos em andamento pela Companhia, assim como de processos em licitação em curso para aquisição de bens e serviços, visando estabelecer priorização dos compromissos já assumidos e a assumir para o exercício de 2024;
- O ressarcimento de recursos já acumulados no Fundo de Descomissionamento, relativos ao pagamento de tributos gerados pelos rendimentos do próprio fundo e que, no passado, foram honrados com o caixa não restrito da ELETRO Nuclear; e
- Avaliar a possibilidade de replanejamento para 2025, da execução da parada técnica da usina de Angra 2, para troca de combustível e manutenção, prevista originalmente para o final de 2024, em condições de segurança operacional. No caso de eventual impossibilidade do replanejamento, executar a parada 2P20, na data originalmente programada, com um escopo mínimo, desde que isso permita a operação segura por novo ciclo, até a próxima parada.

Compreende-se que as ações em curso mitigam os riscos de liquidez de curto prazo e continuidade operacional da Companhia, bem como não afetam a sua posição de Balanço Patrimonial de 31.12.2023 de forma retrospectiva, não sendo identificado, deste modo, eventos subsequentes que possam afetar as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, passível de divulgação, no âmbito do CPC 24 Evento subsequente.

NOTA 35 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

35.1 - Transações com Entidades Governamentais

A ELETRO Nuclear mantém transações com entidades governamentais, sob controle comum, no curso de suas operações. Os saldos das principais transações com estas entidades estão resumidos a seguir:

NATUREZA DA OPERAÇÃO	31/12/2023			31/12/2022		
	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Saldo Bancário em Conta Corrente						
Poder Público Federal - Banco do Brasil	795	-	-	12.399	-	-
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal	2	-	-	3	-	-
Aplicação Financeira						
Poder Público Federal - Banco do Brasil	3.984.921	-	565.365	5.290.329	-	378.486
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal	-	-	597	25.071	-	3.655
Empréstimos e Financiamentos a Pagar						
Poder Público Federal - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-	3.141.268	(270.117)	-	3.245.404	(246.013)
Poder Público Federal - Caixa Econômica Federal	-	2.795.369	(184.359)	-	2.894.786	(191.419)
Total	3.985.718	5.936.637	111.486	5.327.802	6.140.190	(55.291)

35.2 - Transações com Empresas

Abaixo se encontram resumidas as transações comerciais e respectivos saldos com partes relacionadas:

	Saldos e Transações por Natureza					
	31/12/2023		RESULTADO	31/12/2022		31/12/2022
ATIVO	PASSIVO	ATIVO		PASSIVO		
Outras contas a receber	67.740	-	-	67.738	-	-
Estoque de Elem Comb Nucl Angra 1 e Angra 2	761.325	-	-	1.151.122	-	-
Estoque de Elem Comb Nucl Carga Inicial de Angra 3	292.572	-	-	292.572	-	-
Fornecedores	-	369.918	-	-	520.973	-
Devolução tarifa RH 1406/12 e RH 1585/13	-	254.432	-	-	278.831	-
Empréstimos e Financiamentos	-	522.858	-	-	587.067	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-
Remuneração do fundo financeiro	-	-	-	-	-	59.652
Variação monetária - AFAC	-	-	-	-	-	(132.373)
Variação monetária - Devolução tarifa RH 1406/12 e RH 1585/13	-	-	(12.429)	-	-	(17.207)
Despesa com Juros - Devolução tarifa RH 1406/12 e RH 1585/13	-	-	(21.617)	-	-	(23.887)
Encargos uso da rede elétrica	-	-	(69.908)	-	-	(56.996)
Encargos Financeiros	-	-	(31.955)	-	-	(35.981)
Cessão de funcionários	-	-	(43)	-	-	(3.703)
Auditoria externa	-	-	(1.658)	-	-	(1.525)
Outros serviços	-	-	(10.041)	-	-	-
Perda do fundo financeiro	-	-	-	-	-	(55.888)
Serviço Manuseio e Inspeção Comb. Nuclear	-	-	(6.678)	-	-	(3.395)
Teste COVID	-	-	-	-	-	-
Total	1.121.637	1.147.208	(154.329)	1.511.432	1.386.871	(271.303)

	Saldos e Transações por Entidade					
	31/12/2023		RESULTADO	31/12/2022		31/12/2022
ATIVO	PASSIVO	ATIVO		PASSIVO		
Eletrobras	64.817	2.627	(25.626)	64.817	587.067	(166.603)
Furnas	2.923	258.088	(61.250)	2.920	281.925	(62.576)
Chesf	-	1.931	(21.421)	-	1.622	(17.662)
CGTEletrosul	-	695	(8.128)	-	615	(7.070)
Electronorte	-	1.223	(13.486)	-	1.051	(13.997)
ENBPar	-	522.858	(17.740)	-	-	-
INB	1.053.897	359.786	(6.678)	1.443.695	514.591	(3.395)
Total	1.121.637	1.147.208	(154.329)	1.511.432	1.386.871	(271.303)

Prática contábil

As transações com partes relacionadas da Companhia são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável.

35.3 - Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (membros da Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal) é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração e Benefícios de curto prazo		
Diretores	3.853	3.127
Conselho Fiscal	315	177
Conselho de Administração	314	394
Comitê Estatutário de Acompanhamento do Projeto da Usina Angra 3 – COANGRA	276	-
Comitê de Auditoria e de Riscos – COAUD	1.077	-
Total	5.835	3.698

A remuneração máxima, mínima e média dos dirigentes e empregados pode ser observada abaixo:

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração de diretores		
Maior remuneração de diretores	63.606	62.703
Menor remuneração de diretores	18.748	8.820
Remuneração média de diretores	61.771	43.034
Remuneração de empregados		
Maior remuneração de empregados	144.670	105.091
Menor remuneração de empregados	4.370	4.096
Remuneração média de empregados	30.143	20.367
Remuneração de conselheiros		
Maior remuneração de conselheiros	16.000	4.146
Menor remuneração de conselheiros	4.501	1.021
Remuneração média de conselheiros	6.263	4.062

	31/12/2023 (*)				31/12/2022 (*)			
	Valor	% sobre FRB (a)	% sobre RL (b)		Valor	% sobre FRB (a)	% sobre RL (b)	
Benefícios Concedidos								
Encargos sociais	220.182	26,26%	5,60%		183.168	27,90%	4,62%	
Alimentação	51.092	6,09%	1,30%		43.804	6,67%	1,11%	
Transporte	29.572	3,53%	0,75%		25.729	3,92%	0,65%	
Previdência privada	37.634	4,49%	0,96%		26.007	3,96%	0,66%	
Saúde	81.013	9,66%	2,06%		85.769	13,06%	2,16%	
Segurança e medicina do trabalho	1.308	0,16%	0,03%		2.485	0,38%	0,06%	
Educação ou auxílio creche	13.842	1,65%	0,35%		11.770	1,79%	0,30%	
Cultura	400	0,05%	0,01%		189	0,03%	0,005%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	9.983	1,19%	0,25%		8.677	1,32%	0,22%	
Outros	75.364	8,99%	1,92%		74.159	11,29%	1,87%	
Total	520.390				461.757			

* Não auditado pelo auditor independente

	31/12/2023 (*)	31/12/2022 (*)
Composição do corpo funcional		
Nº de empregados	1.918	1.725
Nº de admissões	235	107
Nº de demissões	37	27
Nº de estagiários	165	192
Nº de empregados PCD (c)	19	8
Nº de prestadores de serviços terceirizados	1.100	1.052

- a) Folha de Pagamento Bruta (FPB)
- b) Receita Operacional Líquida (ROL)
- c) Pessoa com Deficiência (PCD)

* Não auditado pelo auditor independente

Prática contábil

As remunerações totais dos dirigentes e dos empregados da Companhia têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia, os quais divulgam a maior remuneração, a menor remuneração e a remuneração média de cada uma dessas categorias.

NOTA 36 – SEGUROS

A Companhia mantém uma política de seguros considerada pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas, considerando os principais ativos, bem como a responsabilidade civil inerente a suas atividades.

Os valores segurados referem-se ao total das apólices vigentes para reembolso em caso de sinistro, representados pela quantidade de moeda de origem convertida, pela respectiva cotação em reais, na data das demonstrações financeiras.

Os valores pagos e a pagar relativos aos prêmios das apólices estão representados pela quantidade de moeda de origem convertida pela respectiva cotação em reais, na data das demonstrações financeiras.

Como prêmio, estão apresentados os valores pagos e a pagar das apólices, na moeda de origem, atualizados para equivalente em reais pela respectiva cotação na data das demonstrações financeiras.

O montante global segurado, em 31 de dezembro de 2023, é de R\$ 32.756.719 e está assim distribuído:

	31/12/2023 (*)		
	Vigência	Valor Segurado	Prêmio Total
Riscos nucleares:	30/10/2024	19.344.867	30.551
Danos materiais		17.670.745	21.439
Responsabilidade civil		1.674.122	9.112
Riscos de Engenharia:	26/08/2024	12.793.420	11.500
Construção		3.932.412	3.612
Responsabilidade civil		30.000	283
Armazenamento de equipamentos		8.831.008	7.605
D&O	02/04/2024	70.000	1.700
Outros diversos		548.432	378
TOTAL		32.756.719	44.129



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ELETRONUCLEAR S.A., no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e de Responsabilidade Social 2023 e procedeu ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, compostas pelo Balanço Patrimonial (Ativo e Passivo); pela Demonstração do Resultado; pela Demonstração do Resultado Abrangente; pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; pela Demonstração do Fluxo de Caixa; pelas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras levantadas em 31 de dezembro de 2023; e os Saldos e Transações entre ELETRONUCLEAR e Partes Relacionadas, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração e da Superintendência Financeira, nos exames efetuados pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, na recomendação do Comitê de Auditoria e de Riscos - COAUD - ao Conselho de Administração pela aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2023, e no Relatório da PricewaterhouseCoopers - PwC Auditores Independentes, referente ao exercício de 2023, emitido sem ressalvas, contendo ênfase a respeito da "incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional" da Empresa, onde se destaca: "Chamamos a atenção para a nota explicativa 34.3.5 às demonstrações financeiras, que menciona que a posição financeira da Companhia está afetada substancialmente pelos financiamentos das obras da usina Angra 3, cuja entrada em operação depende do êxito na implementação do plano de ação estabelecido pela Companhia. Adicionalmente, encontra-se em andamento o Programa de Extensão de Vida Útil da usina Angra 1 - Long Term Operation (LTO), que também vem demandando a obtenção de recursos financeiros relevantes. Nesse sentido, a Companhia vem enfrentando desafios financeiros para cumprir com suas obrigações de curto prazo, principalmente relacionados aos investimentos necessários para o desenvolvimento dos projetos Angra 3 e LTO e aos pagamentos dos serviços das dívidas existentes. Essa situação, entre outras descritas na nota 34.3.5, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.", o Conselho Fiscal após reunião em apartado com os auditores independentes opina que os referidos documentos, com a ênfase contida no Relatório dos Auditores Independentes, estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da ELETRONUCLEAR S.A.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal chama atenção para alguns itens que impactaram o resultado da ELETRONUCLEAR no exercício e contribuíram para agravar a situação financeira e de liquidez de curto prazo no encerramento de 2023, conforme descrito a seguir:

- PMSO – Os desembolsos com Pessoal, Material, Serviços e Outros no ano de 2023 foram superiores em 69% comparados com o PMSO regulatório, o que comprometeu o caixa da empresa em R\$ 808 milhões.
- FUNDO DE DESCOMISSIONAMENTO – Os impostos incidentes (PIS/COFINS/IRPJ/CSLL) sobre as receitas financeiras apuradas do fundo de descomissionamento comprometerem diretamente o caixa da empresa em R\$ 250 milhões, e mais, não podem compor a base de remuneração tarifária.

Outro assunto que merece a atenção da Administração é a necessidade de recursos para investimentos no curto prazo e cuja frustração podem elevar os riscos de operação, segurança e continuidade da empresa, elencados a seguir:

- UNIDADE DE ARMAZENAMENTO A SECO – UAS – A falta de recursos financeiros poderá trazer impacto na 2ª Campanha da UAS, visto que tais recursos são necessários para garantir a continuidade operacional das Usinas de Angra 1 e Angra 2. Caso a Campanha de Angra 2 não se inicie em 2024, existe o risco da Usina de Angra 2 não poder voltar a operar após a parada prevista para novembro de 2024, por falta de espaço na Piscina de Armazenamento de Elementos Combustíveis Irrradiados.
- O Programa de Extensão de Vida Útil de Angra 1 – LTO e continuidade das Obras de Angra 3. Sobre a LTO, a ELETRONUCLEAR enviou CNEN a Solicitação para Renovação da Licença de Angra 1 em outubro de 2019, e, segundo a ELETRONUCLEAR, está em avaliação por aquele órgão regulador. Em paralelo, a Companhia iniciou negociações com o IBAMA, no âmbito do licenciamento ambiental, para formatação do pedido formal de nova licença de operação para a Central Nuclear. Em suma, os fatos até aqui elencados demonstram que o quadro de insuficiência financeira da ELETRONUCLEAR poderá culminar na paralisação das 2 usinas em operação, seja pela indisponibilidade de licença (Angra 1), seja pela impossibilidade de se trocar o combustível (Angra 2).

O Conselho Fiscal entende que é fundamental que a Administração viabilize os recursos financeiros para a retomada e conclusão das obras e programas, em especial e com urgência das associadas à extensão da vida útil de Angra 1 e da segunda campanha da UAS; seja viabilizado os recursos necessários para os projetos e as obras de construção de Angra 3; e a Administração intensifique as ações para redução de custos para viabilizar a sustentabilidade econômica-financeira da empresa.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2024.

MARCELO SENNA VALLE PIOTO
Presidente

STÊNIO SCHNEIDER CARDONA ROCHA
Conselheiro

RAPHAEL EHLERS DOS SANTOS
Conselheiro

MARCOS BARRETO DE FARIA PINHO
Conselheiro

RODRIGO VILELLA RUIZ
Conselheiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
ELETRONUCLEAR S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ELETRONUCLEAR S.A. (a "Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como «normas contábeis IFRS»).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 34.3.5 às demonstrações financeiras, que menciona que a posição financeira da Companhia está afetada substancialmente pelos financiamentos das obras da usina Angra 3, cuja entrada em operação depende do êxito na implementação do plano de ação estabelecido pela Companhia. Adicionalmente, encontra-se em andamento o Programa de Extensão de Vida Útil da usina Angra 1 - *Long Term Operation* (LTO), que também vem demandando a obtenção de recursos financeiros relevantes. Nesse sentido, a Companhia vem enfrentando desafios financeiros para cumprir com suas obrigações de curto prazo, principalmente relacionados aos investimentos necessários para o desenvolvimento dos projetos Angra 3 e LTO e aos pagamentos dos serviços das dívidas existentes. Essa situação, entre outras descritas na nota 34.3.5, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins das normas contábeis IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como «normas contábeis IFRS»), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2024.
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC 1RJ056588/O-4